

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da Sessão Solene Realizada em 24 de setembro de 1973 (Segunda-Feira)

ATA DA SESSÃO SOLENE, DESTINADA AS HOMENAGENS AO DOUTOR AFFONSO ALVES DE CAMARGO, NO TRANSCURSO DO CENTENÁRIO DE SEU ANIVERSÁRIO.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 15,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenoforte Villanueva, presentes ainda, autoridades civis, militares, eclesiásticas e demais convidados.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO SOLENE

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão. As homenagens que a Assembléia Legislativa do Paraná prestará ao destacado paranaense Dr. Affonso Alves de Camargo, no transcurso do centenário de seu nascimento, serão prestigiadas com a presença. Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Dr. Emilio Hoffmann Gomes.

Para receber e acompanhar até este Plenário o Senhor Chefe do Poder Executivo, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Armando Queiroz, Quíelise Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Jr. e Basílio Zanusso.

Está suspensa a Sessão, até a chegada de Sua Excelência.
(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Convido os presentes a ouvirem, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado, o Hino Nacional.
(É executado o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE — A Assembléia Legislativa nunca regateou seu aplauso e reconhecimento àqueles que, através dos tempos, souberam servir e honrar o Paraná.

Por isso mesmo, neste dia 24 de setembro de 1973, quando se comemora o centenário de nascimento de Affonso Alves de Camargo, o Legislativo paranaense está presente, juntando a sua às demais homenagens que se presta ao grande guarapuavano, figura humana singular, político e administrador dos mais salientes que a História do Paraná registra.

Para outorgar a esta homenagem a dimensão e brilho desejáveis, a Presidência prazerosamente concede a palavra ao ilustre Líder do Movimento Democrático Brasileiro, o nobre Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Exmo. Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Emilio Hoffmann Gomes, Governador de nosso Estado; Exmo. Sr. Dr. Jayme Canet Jr., Vice-Governador do Estado; Exmo. Sr. Desembargador Edmundo Mercer Jr., Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Presidente Regional da ARENA; Exmo. Sr. Senador João de Mattos Leão; Exmo. Sr. Dr. Jaime Lerner, Prefeito de Curitiba; Exma. Sra. Flora Camargo Munhoz da Rocha; Exmo. Sr. Jorge Sato, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Muggiati Filho, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; meus Senhores; minhas Senhoras:

(Lendo): “O culto dos grandes homens não tem apenas um sentido de saúde e reverência.

Não é só um regresso no tempo para fixar em vida e ação um vulto que sobressaiu e iluminou uma era extinta.

A idéia do passado, que os grandes mortos nos revelam, não é tudo o que podemos extrair deles.

No pranto pela morte há sempre uma atitude negativista, de fatalidade; sempre um traço sombrio de prejuízo irremediável e de lugar vazio.

Há, porém, no culto dos heróis, dos sábios e dos santos, um sentido positivo. As suas grandes vidas são uma afirmativa de possibilidade.

É um apelo constante de renovação para melhor. Um grande homem, vivo ou morto, afirma e recomenda uma Raça. É um fruto da Terra e do Sangue que se converte em sementes para fecundar a História. É um ponto elevado no cenário humano, que serve de roteiro na marcha dos Povos”.

(Deputado Ruy Ramos).

A homenagem ao Dr. Affonso Alves de Camargo, que hoje se presta, no centenário de seu nascimento, tem esta dimensão.

Minhas Senhoras, meus Senhores, eminentes autoridades.

Ao se julgar a posição do Paraná no convênio celebrado em 20 de outubro de 1916 colocando um final, com o Estado de Santa Catarina, em terras limítrofes contestadas, é necessário que se tenha em mente o seguinte:

a) — que a intervenção do Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, digno Presidente da República, para dirimir essa questão, se deu quando o Paraná já tinha contra si três sentenças em via de execução as quais lhes arrancavam todo o território contestado;

b) — que essa intervenção deu em resultado a terminação da secular questão, fazendo cessarem rivalidades e ódios entre dois Estados da Federação e pondo termo ao derramamento de sangue patrio que em caudas já tinha corrido naquela região;

c) — que o Paraná por esse convênio logrou salvar quase a metade do território sob sua jurisdição na zona contestada, considerada pelo Supremo Tribunal Federal como todo pertencente ao Estado de Santa Catarina;

d) — que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná, por

seus legítimos representantes, depondo a sorte do Estado nas mãos do Chefe da Nação, o fizeram seguros dos seus nobres e patrióticos intuitos e por sabermos no um brasileiro honesto e bom e incapaz de prejudicar os interesses da parte que lhe confiara um mandato sagrado;

e) — que a decisão do Supremo Tribunal Federal, contrária ao Paraná, ou foi por carência dos nossos direitos, ou em virtude de um erro judiciário, sendo que por qualquer dessas hipóteses nenhuma responsabilidade cabe aos que colaboraram no convênio de 20 de outubro.

A serenidade, a coragem e a ilustração jurídica do Dr. Affonso Alves de Camargo, então Presidente do Paraná, asseguraram ao nosso Estado aproximadamente 20 mil km² de terras, das mais ricas, onde florescem hoje Municípios de grande projeção econômica e política.

Apesar do magnífico sucesso alcançado a manifestação do ilustre homem público foi de grandeza humana e de humildade ao afirmar:

“Agora, se julgardes que o humilde filho desta abençoada terra errou, não obstante os aplausos gerais da Nação, dos Poderes Executivo e Legislativo da República e das suas forças armadas de terra e mar, de todos os Estados da União, da alta magistratura do País, da mocidade das Escolas, das classes conservadoras do Estado, dos nossos eminentes advogados e de jurisconsultos eméritos, entre eles o grande brasileiro Rui Barbosa, todos unânimes em declarar que mais do que foi feito era impossível se conseguir para o Paraná, na sua atual e aflitíssima situação; si, mesmo com essas manifestações de confortante solidariedade por esse ato da minha vida pública, ainda julgardes que errei, então seja Deus testemunha da sinceridade com que agi nesta fase histórica, querendo, de todo o coração, fazer a felicidade da família paranaense, trazendo-lhe a paz e a prosperidade no presente, para, assim, preparar em futuro próximo a grandeza do nosso Estado, que tem todos os elementos para ser forte, rico e poderoso dentro da Pátria grande que é o nosso estremecido Brasil”. (Palácio da Presidência do Estado do Paraná aos 25 de novembro de 1.916. — Affonso Alves de Camargo).

Essa frase, de 25 de novembro de 1916, traduziu com realidade o progresso, o desenvolvimento e a prosperidade do Paraná de hoje que comovido, nesta data reverencia e homenageia, pelo seu povo, o inesquecível cidadão”.

Amanhã se comemora o centenário do nascimento do Dr. Affonso Alves de Camargo, filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Camargo Loures.

Após formar-se em ciências jurídicas e sociais iniciou em 1.894 sua carreira pública como Promotor em Curitiba. Em 1.898 e durante 10 anos exerceu as funções de Deputado Estadual. De 1.908 a 1.916 foi Vice-Presidente do Estado e Chefe do Partido Republicano, assumindo em 1.916 como Presidente o Governo do Estado. Eleito Deputado em 1.921 já no ano seguinte ocupou vaga no Senado da República para, em 1927 novamente eleger-se Presidente do Estado do Paraná. A Revolução de 1930, quando já havia sido convidado pelo Presidente da República Júlio Prestes, para ocupar o Ministério de Viação e Obras Públicas, encerrou sua vertiginosa e profícua carreira política que se traduziu em inúmeros benefícios ao povo paranaense.

Casado com Dna. Etelvina Ribeiro de Camargo, que em dezembro completará 90 anos teve os seguintes filhos: Arnaldo, Eleonora, Affonso, Pedro Alípio, Flora, José Affonso, Paulo Affonso, Fernando Affonso e Mário Affonso. Todos souberam dignificar os exemplos do lar participando e contribuindo na vida comunitária do Estado em inúmeros setores. É justo ressaltar no entanto os nomes de Dna. Flora esposa do eminente paranaense e ex-Governador Prof. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, cuja atuação como Primeira Dama do Estado se fez sentir pelo dinamismo e forma atuantes no exercício daquelas funções. E aqui, nesta Casa o nome ilustre e querido do Dr. Paulo Affonso Alves de Camargo.

Gostaria, nesta homenagem, de ressaltar apenas a figura humana do Dr. Affonso Alves de Camargo — tantos foram os dignificantes exemplos — porém é importante que se destaque também as principais realizações como Presidente do Estado do Paraná, entre as quais a ligação rodoviária Curitiba - Foz do Iguaçu; o ramal ferroviário de Jaguariaíva - Jacarezinho; a linha férrea para Guarapuava; a rodovia Curitiba-Ribeira-São Paulo, as obras de ampliação do Porto de Paranaguá; o reconhecimento dos cursos universitários; a equiparação do Ginásio Paranaense ao Colégio D. Pedro II; o início da colonização e o desenvolvimento do Norte do Estado que resultou na fundação de importantes cidades.

Quis o destino, que quando se comemora o centenário de seu nascimento, a Presidência do Banco do Estado do Paraná — criado em seu Governo — seja exercida pelo Dr. Affonso Alves de Camargo Netto, cuja inteligência honra o ilustre nome do avô.

Ser bom e generoso foi a tônica da vida de Affonso Alves de Camargo. No poder, jamais fechou as portas de sua casa aos que precisavam. E, de um modo ou outro a todos ia atendendo.

No Senado, impressionado com o grande número dos que o procuravam para pedir, e com o modo pelo qual eram atendidos, seu íntimo amigo Senador Lauro Müller lhe disse mais de uma vez: — Affonso Camargo, você precisa deixar de ser permanentemente a “Irmã Paula” do Senado.

Segundo recorda Brasil Pinheiro Machado na sua “Sinópsis da História Regional do Paraná”, o sistema político no Paraná “começa com o domínio do Governador, Presidente Vicente Machado e, após a morte deste, depois de um interregno de Governadores que não conseguiram consolidar a chefia, o Presidente Affonso Camargo a exerce até a Revolução de 1930”.

Pois, exatamente pelo seu feito lano e compreensivo, durante o longo lapso de tempo em que exerceu o poder, Affonso Camargo fez adversários políticos, mas não inimigos pessoais.

Em exemplo: — o ilustre engenheiro civil Niépce da Silva quando Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura, do Governo Carlos Cavalcanti, fez graves acusações ao Dr. Affonso Camargo. Este, da Tribuna do então Congresso Legislativo do Paraná, refutou-se, com provas, ponto por ponto, de tal modo que o Dr. Niépce foi moralmente compelido a se demitir de sua Secretaria.

Pois bem: tempos mais tarde, já então Chefe do Setor da antiga Estrada de Ferro S. Paulo - Rio Grande, foi o mesmo Dr. Niépce da Silva que sugeriu fosse dado o nome de Affonso Camargo, à estação que se tornaria núcleo do Município de Affonso, o qual, com o advento da Revolução de 1930 passou a se chamar de Município Joaquim Távora. O próprio Dr. Niépce presidiu à inauguração da estação e da placa com o nome do homenageado.

Dirigindo-se ao Sr. Ottoni Maciel assim se manifestou o Dr. Affonso Camargo:

“Como profissional tenho sido mais Juiz de Paz do que Advogado e como chefe de família tenho procurado encaminhar os meus filhos por essa mesma vereda, mostrando-lhes o quanto sobe ao coração e à consciência o ser-se bom e generoso. Perdoo as paixões alheias pois sei quanto é vário o coração humano”.

(Bastidores Políticos — Ottoni Maciel — 135)

Quero lembrar três fatos ocorridos em 1915: nasceu seu filho Paulo Affonso Alves de Camargo, ilustre Deputado desta Casa; foi escolhido Presidente do Paraná e adquirindo bilhete da loteria federal foi premiado com a importância de 100 contos de réis. O último acontecimento todavia lhe trouxe prejuízos pois tantos foram os pedidos de empréstimos e de aval que o obrigaram a dispendir a quantia de 300 contos de réis.

Terminei com crônica do jornalista Anderson Magalhães — All Right — publicada no jornal "Diário de São Paulo" em 20 de Abril de 1959. Nela se constata a omissão de saudade e de reverência à homenagem que hoje lhe prestamos.

"Rio, 22 — Esse que acaba de fechar, para sempre, aqueles olhos mansos e termos de homem bom até a raiz dos cabelos, eu conheci no esplendor de sua glória política. Affonso Camargo era, então, Senador. Prestigiado Chefe dominante no Paraná. Viveu aqui no Rio, modestamente, sem ostentação de nenhuma espécie, cercado sempre da maior consideração. Não negava nada a ninguém. Falava só o necessário. Ia à Tribuna quando de todo não podia deixar de fazê-lo, embora o fizesse com muito brilho. Dedicava-se ao trabalho nas Comissões, notadamente na de Finanças, como relator do Orçamento.

Querido de todos. Sem inimigos pessoais. Simpatia irradiante, gozava, realmente de uma situação privilegiada. Diziam que no seu Estado era a mesma coisa. Gregos e Troianos o admiravam pela sua infinita bondade, pela sua absoluta incapacidade de fazer mal a quem quer que fosse.

Eleito Governador, convidou alguns jornalistas para sua posse. Naquele tempo eu ainda viajava. Fui na caravana e notei que, realmente, Curitiba vibrou, uníssona, com a elevação de Camargo ao Governo.

Entre parênteses, devo dizer que nunca vi céu mais azul, cidade mais agradável, moças mais lindas. Frio de rachar o que não impedia de eu entrar no meu chuveiro gelado, com os protestos do saudoso Porto da Silveira, temeroso que uma pneumonia me levasse para o outro mundo. Entretanto, Deus me tem poupado. Já levou, há anos, aquele meu companheiro de imprensa e, agora, acaba de conduzir ao seu reino esse grande exemplar humano que foi Affonso de Camargo, a quem vi, pela última vez, naquela posse festiva, em 1928.

Mais tarde, a famosa Revolução de 30 tirou-lhe o Governo, abriu inquéritos, vasculhou toda sua vida e não encontrou nada, absolutamente nada que desabonasse a sua conduta, a sua invariável dignidade, a sua honradez. A maldade dos vencedores só serviu para amargurar aquela alma que não merecia asperzeas, aquele coração somente afeito ao bem de seus semelhantes. O sofrimento moral que o abateu naqueles primeiros tempos da vitória revolucionária fê-lo recolher-se exclusivamente à vida privada, ao recuso do lar nobre e honrado. O Paraná começara a florir no seu Governo. Não estará longe o dia em que os paranaenses levantarão em praça pública, a estátua de Affonso de Camargo, no cumprimento de um dever, que a Justiça da História há de impor como um ato de reparação indispensável".

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a imensa satisfação de conceder a palavra ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares, líder da ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exmo. Sr. João Mansur, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Exmo. Sr. Emilio Gomes, Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Jaime Canet Júnior, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Senador Francisco Acioly Rodrigues da Costa Filho, Presidente Regional da ARENA; Exmo. Sr. Senador João de Mattos Leão; Exmo. Sr. Dr. Jayme Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba; Exma. Sra. Flora Camargo Munhoz da Rocha; Exmo. Sr. Deputado Jorge Sato, 1.º Secretário desta Assembléia; Exmo. Sr. Deputado José Mugniz Filho, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná e Presidente do Movimento Democrático Brasileiro; Srs. Deputados; meus Senhores e minhas Senhoras.

(Lendo): "De tempos em tempos impõe-se a necessidade de algumas revisões históricas, capazes de conferir uma conceituação mais adequada da realidade.

Assim, deve ocorrer com a chamada Primeira República, associada mecanicamente — à oligarquia e ao coronelismo.

Não que estes fenômenos não existissem, mas só é possível entendê-los se analisados na perspectiva histórica.

A dispersão geográfica provocaria necessariamente o nascimento de poderes locais.

O fortalecimento de um sistema baseado nos domínios clânicos, grupais ou mesmo sociais, era a única estratégia capaz de suprir o vazio que a ação pública não podia preencher.

Era natural que a existência dos fenômenos do coronelismo e das oligarquias estaduais se traduzissem em formas partidárias estaduais, sólidas e vigorosas como eram os partidos republicanos estaduais.

Todas as tentativas de formações políticas de caráter nacional fracassaram. Às vezes, um Francisco Glicério, um Pinheiro Machado, ou Rui Barbosa foram a realidade, pretendem formar uma ação política nacional, mas malograram sempre.

Afinal este era um país de profundos antagonismos, que mereceu de R. Batisde um ensaio em que se fazia o contraponto.

"Antagonismo de economia e cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor do engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate."

O grande proprietário e o pátria. O bacharel e o analfabeto.

Mas pairando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo."

Em 1.922 quando os intelectuais brasileiros buscavam fazer o inventário da nacionalidade, Alceu Amoroso Lima traçava a pseudo-morfose brasileira. Escrevendo:

"... o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim.

Tivera Coroa antes de ter povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter artes. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Aspirava a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão, produto, ... de um longo oficialismo..."

Muito mais que ênfase retórica, traduzia com veemência a realidade brasileira, marcada fundamentalmente pelas suas dualidades: o litoral e o interior, a

civilização e o sertão, o país legal e o país real. E o Paraná? o Paraná era ainda um Estado-menino e amanhecera mal saído dos primeiros dias de sua Gênesis.

Pois é neste contexto que situamos a exemplar figura do Dr. Afonso Alves de Camargo, nascido nos campos guarapuavanos a 25 de setembro de 1873, Promotor Público em Curitiba durante a Revolução Federalista, Deputado Estadual em várias legislaturas, Vice-Presidente do Estado em dois períodos. Deputado Federal, Vice-Presidente da Câmara Federal, Senador da República e por duas vezes, Presidente do Estado do Paraná.

O exercício da Presidência do Estado por Affonso Alves de Camargo tem uma formidável densidade histórica.

Desde o início do Século, uma guerra surda começava a sacudir o sertão sulino paranaense, exatamente na área disputada com Santa Catarina.

Pois até surgiu um homem a quem os sertanejos consideravam um novo Cristo, José Maria, São João Maria e em torno dele eclodiu um movimento messiânico que esperava um reinado de paz, justiça e fraternidade. De 1912 a 1916 uma violenta luta em que se empenharam mais de 30.000 pessoas, travou-se entre os sertanejos, depois chamados jagunços e as tropas oficiais.

Era uma guerra entre dois mundos estranhos, pretendendo os jagunços instaurar um novo poder político, restaurar a monarquia e garantir o seu "direito de terras".

Este é um dos mais sangrentos e importantes episódios da nossa história, não tendo — estranha e lamentavelmente — nenhum destaque em nossa bibliografia.

Complicando ainda mais a situação social conflituosa desta área, agravava-se a questão de limites entre os dois Estados.

Após tentativas malogradas de arbitramento, Santa Catarina pleiteara pela via judicial o restabelecimento dos limites que considerava legítimos e a consequente restituição de territórios em poder do Paraná.

A disputa assumia aspectos dramáticos na região em que se defrontavam as duas frentes extrativas de erva-mate: a paranaense, cuja base era União da Vitória, e a catarinense com apoio em Canoinhas.

Os catarinenses pretendiam chegar até as margens do Iguaçu dominando, inclusive, União da Vitória!

O posto avançado do Paraná, era Vila Nova do Timbó.

Ocorre inúmeros combates fronteiriços mantendo agitada toda a população de Serra-Acumã, toda ela dispondo de armamentos, o que contribuía mais ainda para a intranquilidade da vasta região.

Lembra Oswaldo Cabral:

"A questão de limites favoreceu a criação de um meio propício a uma luta pois, ao abandono da região se juntava a hostilidade permanente e recíproca das autoridades estaduais e fronteiriças e, para culminar, a suspeita da invasão acabou por meter fogo o estopim da bomba que vinha sendo preparada e cuja composição tantos fatores explosivos encerrava".

Ao jovem Vice-Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo é delegada difícil missão política: ir a União da Vitória procurar um entendimento com os radicais membros da Junta Governativa do Estado das Missões, que ali se instalara, fato comunicado pela própria Junta a todas as autoridades superiores da Nação e dos Estados membros.

O Estado das Missões seria constituído da zona denominada o "Contestado" em toda a sua extensão.

Affonso Camargo conseguiu ganhar a confiança da Junta Governativa, exatamente pela firmeza com que demonstrou aos exaltados paranaenses, a precipitação e a temeridade daquela solução.

Quando assumiu a Presidência do Estado, em 1.916 herdou o problema do Contestado em sua fase mais aguda. O Estado de Santa Catarina conseguira uma irrecorrível vitória no Supremo Tribunal Federal. Em sua Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado, instalado a 25 de novembro de 1916, assim se pronuncia o Presidente Affonso Alves de Camargo:

"Quis a fatalidade histórica que ao dirigir-me pela primeira vez aos nobres representantes do povo paranaense, fosse para dar-lhes conta do Convênio por mim assinado na Capital da República para determinação definitiva dos limites entre o nosso Estado e o de Santa Catarina" e o fez com toda a lealdade e franqueza.

Dizia na mensagem: "Conduzida enfim, a questão, para o Egrégio Supremo Tribunal Federal, teve o resultado que todos Vós conheceis. O Colendo Tribunal, não obstante os esforços empregados pelos nossos eminentes advogados e eminentes juristas, Conselheiro Barradas e Dr. Ubaldino do Amaral, julgou-se competente para decidir da questão e desenvolvendo esta no mérito julgou procedente a ação proposta pelo Estado de Santa Catarina para declarar que havia limites certos e determinados e que estes eram pelo Rio São, Negro e Iguaçu até a Fronteira Argentina. Os nossos veementes protestos, os nossos argumentos de nada valeram para que o Egrégio Tribunal reformasse a sua decisão, insistindo, ao contrário, em confirmar por dois outros acórdãos sucessivos".

A execução da sentença promovida pelo Estado de Santa Catarina foram opostos embargos pelo Paraná sem que os nossos advogados e todos os paranaenses mantivessem qualquer ilusão quanto aos resultados finais da causa por todos reputada irremediavelmente perdida".

Formula na mesma Mensagem as hipóteses viáveis: "O Supremo Tribunal poderia reconhecer a inexistência de Lei para execução de sentenças da natureza da que se trata, não obstante já ter proferido decisão em contrário na ação de limites entre Mato Grosso e Amazonas ou ainda julgar-se incompetente para decidir da questão, deixando a mesma afeta ao Congresso Nacional ou, finalmente, resolver de méritos a favor do Paraná. São essas as hipóteses que se nos poderiam apresentar e que trazem consequências danosas e negativas. Decidido que não havia Lei para execução, essa lei poderia ser votada em poucos dias, tanto mais quanto já existia no Senado o respectivo Projeto aguardando terceira discussão, ou não se votaria desde logo esse Projeto, protelando-se a execução por mais algum tempo".

"Mas está plenamente provado pelos fatos anteriores que a protelação só nos tem sido fatal. Julgando-se incompetente o Tribunal para decidir a questão e sendo esta afeta ao Congresso Nacional, o que poderíamos esperar? Que o Poder Legislativo reconhecesse o nosso direito em todo território contestado?"

"Isso, absolutamente não se daria, já porque o Congresso Nacional em parecer ali existente, reconheceu todo o Contestado como pertencente a Santa Catarina".

Dúvida ainda existe de que foi a habilidade e a intuição política do Presidente Affonso Alves de Camargo que conseguiram fazer com que o Estado do Paraná mantivesse sob seu domínio mais de vinte mil alqueires de terras.

E reproduzia nessa Mensagem o acordo entre Paraná e Santa Catarina para a solução da questão de limites, assinado na Capital da República, em 20 de outubro de 1916.

Poucos dias depois, o Deputado Estadual Cleto da Silva apresentava ao Congresso Legislativo do Paraná o seguinte Projeto de Lei:

"O Congresso Legislativo do Estado do Paraná, resolve:

Artigo 1.º — ...

"É desmembrado do Estado do Paraná, para constituir uma nova unidade da Federação Brasileira, com a denominação de Estado das Missões, o território compreendido entre o Rio Iguaçu, o Negro, ao Norte, a Sueste a Serra do Mar, seus contrafortes e o Rio das Canoas, ao Sul o Rio Uruguai e a Oeste o Rio Peperiguaçu e Santo Antonio.

A Capital do novo Estado ficará sendo a cidade de União da Vitória".

E se deflagrava assim a sublevação anti-acordista.

Vale a pena reproduzir o depoimento de seu líder Cleto da Silva a propósito do levante: "A 31 de julho de 1917 os antiacordistas apoderaram-se da Estação de Nova Galícia — linha Sul mandando desmanchar alguns metros de linha férrea o que ocasiona a parada do Expresso que vinha do Sul, tendo porém os próprios insurretos mandado consertar ligeiramente o trecho danificado a pedido dos passageiros desse comboio.

Com fina ironia Affonso de Camargo relatava o movimento contestador. Felizmente, dizia ele, essa sublevação não teve outras consequências a não ser a de onerar os cofres da Nação e do Estado.

E depunha para os futuros historiadores que tivessem bem em vista o seguinte: que a intervenção do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz deu em resultado a terminação da secular questão, fazendo cessar rivalidades e ódios entre dois Estados; que o Paraná pelo acordo logrou salvar quase a metade do território sob jurisdição da zona contestada.

Pois bem, hoje o Paraná todo é grato ao seu grande estadista, Dr. Affonso de Camargo, pois não fora sua intuição política, não fora o elevado conceito e prestígio que desfrutava junto à Presidência da República, por certo o Paraná seria agora um território reduzido com o inútil sacrifício de milhares de vidas humanas, e sua história registraria por certo uma humilhante intervenção federal.

Curioso é que também a Affonso Camargo coubesse relevante papel na delimitação da fronteira Norte de nosso Estado, firmando o termo de compromisso, juntamente com o Presidente de São Paulo, Dr. Altino Arantes, que delegava ao Presidente da República, Epitácio Pessoa, a condição de árbitro único para resolver o problema de fronteira do Estado de São Paulo. Isso a 14 de dezembro de 1919.

Afonso Alves de Camargo traduzia na ação política a sua grande envergadura intelectual, de que já dera testemunho quando estudando na antiga Faculdade de Direito de São Paulo.

Contemporâneo naquela tradicional escola de Alfredo Valadão, Alfonsus Guimarães, Reynaldo Porchã, José Bonifácio de Andrade, Didimo da Veiga, Paulo Lacerda e outros, a ele se refere Affonso Arinos de Melo Franco em seu "Um estadista da República, lembrando que as intensas transformações políticas que se desenvolviam no ambiente de plena liberdade canalizavam, como sempre acontece, as vocações intelectuais para o serviço do Estado".

Vale a pena reproduzir o que disse Affonso Arinos de Melo Franco:

"Podemos observar a partir de 1930 fenômeno inverso. As transformações políticas se processando em atmosfera de supressão da liberdade, fizeram com que se lançassem nas diferentes formas de literatura — única forma independente e portanto possível de atividade espiritual — os mais fortes representantes da nossa geração. Isto determinou o enriquecimento considerável do panorama literário e o desolador empobrecimento do panorama político de que fomos testemunhas sob a ditadura".

Terá sido aí, em meio a tantos colegas ilustres, que Affonso Alves de Camargo adquiriu a sua formação liberal e formou a sua consciência jurídica, tão necessária aos homens que detêm a grave responsabilidade de governar outros homens.

Destaco dois trechos do discurso que pronunciou ao ser eleito novamente Presidente do Estado em 1927:

Dizia ele — "Como é do meu feito e de minha educação política, governarei com serenidade e tolerância, evitando atos de compressão que, se, às vezes parecem colimar o fim colimado, nunca representam verdadeiros triunfos".

Assim orientado, ouvirei com acatamento e simpatia, as críticas da imprensa, que, embora oposicionista, seja superiormente inspirada no bem público".

E significativamente:

"Não serei indiferente à ideia dos que propugnam pela representação das minorias, influindo, com minhas sugestões, para que o Congresso Legislativo do Estado elabore uma lei que a garanta..."

O Brasil muito deve à geração dos Affonsos Alves de Camargo que confirmou o conceito historiográfico que Ortega atribui à geração, isto é, como sujeito da História, posto que a História caminha e se move segundo o ritmo e a sequência das gerações.

Na mensagem Presidencial de 1917 antecipava Affonso Alves de Camargo o que só muito recentemente ganhou guarida na ciência econômica, isto é a noção de que a Educação é muito mais investimento que consumo. Dizia Affonso de Camargo:

"O primeiro cuidado do governante que sinceramente deseja o desenvolvimento da coletividade que está sob a sua ação administrativa, é sem dúvida, o de resolver com acerto o problema da instrução pública, base de todo progresso humano. O povo, cuja instrução fôr deficiente não terá a verdadeira compreensão de seus direitos e deveres e nem o necessário preparo e estímulo para o desenvolvimento do seu comércio, indústrias, ciências e artes".

Affonso de Camargo era bem o típico representante das chamadas elites modernizantes. Acoplando-se à concepção orteguiana de geração, está a de Eisenstadt para quem tem cada sistema institucional seja político, econômico ou cultural. Existem inerentes predileções para a mudança, em cada sistema existem várias orientações e possibilidades para o desenvolvimento. As perspectivas e as habilitações dos quadros dirigentes podem decidir quais dessas orientações e possibilidades se efetivam".

Pois Affonso Alves de Camargo foi um desenvolvimentista "avant la lettre", atento aos problemas infra-estruturais do Paraná. Sabia que nossa viabilidade dependeria basicamente do alargamento de nossas "frentes econômicas" e tratou de abrir os seus caminhos. Foram inúmeros os segmentos ferroviários que pôs em execução e concluiu; centenas de quilômetros de trilhos foram assentados durante o seu governo. As rodovias União da Vitória a Cruz Machado, seguindo a Guarapuava, Guarapuava a Foz do Iguaçu, Palmas a Mangueirinha, Clevelândia a Santo Antonio, na fronteira com a Argentina, Guarapuava à fronteira de Mato Grosso, correndo pelo divisor dos Rios Pi-

quiri e Ivai, Paranaguá a Alexandra, Reserva a Tibagi, do Rio Sagrado a Paranaguá e Guaratuba, a modernização da Estrada Graciosa, Tibagi ao Palmito, Mallet, até a estrada Ponta Grossa — Foz do Iguaçu, além de vários segmentos em território que posteriormente passou para o Estado de Santa Catarina; a construção do Porto de Paranaguá que, em virtude de Convênio com o Governo Federal, ficou a cargo do Estado, a navegação fluvial; a Estrada da Ribeira até encontrar a frente paulista nas cercanias de Apial, dezenas de escolas, várias profissionais, inclusive femininas, redes telefônicas e telegráficas, a criação da Escola Agrônoma do Paraná, a equiparação do Colégio Paranaense, o Colégio D. Pedro II, e a criação do Banco Estadual.

Promoveu duas grandes obras de caráter nacionalista: a nacionalização da língua nas escolas públicas — grave problema em nosso Estado — e o controle migratório de modo a evitar a desnacionalização de algumas áreas do Paraná.

Graças ao prestígio que gozava junto às esferas decisórias da República, carregou para o Paraná inúmeros investimentos: construção de ramais ferroviários, auxílio para construção do Porto de Paranaguá, para a ponte metálica sobre o Rio Iguaçu, para a remodelação da Estrada de União da Vitória — Palmas, serviço de profilaxia rural, subvenção às escolas dos núcleos coloniais, auxílio prestado ao desenvolvimento agrícola do Estado, enfim, na administração de Affonso Alves de Camargo, uma gama de realizações pioneiras que permitiram ao Paraná se apresentar hoje ao Brasil como um Estado cujas virtualidades econômicas lhe conferem um merecido destaque lhe garantem uma auto-sustentação.

Cultuamos hoje o centenário de nascimento de um grande liberal, cuja vida pública ainda constitui um paradigma para a nossa geração. Pois o que se acha superado não é o liberalismo político que a liberdade de crítica e a oportunidade de influir na orientação dos governos são aspirações cada vez mais enraizadas na alma do homem.

O que desapareceu nas cinzas da história é o liberalismo econômico. O Estado gendarme do laissez, laissez aller, espectador omissor de desigualdades injustificáveis.

A vigência do liberalismo político pode ser traduzida na fórmula de Serretori para quem "a liberdade autêntica acata a autoridade, da mesma forma como a autoridade genuína reconhece a liberdade.

Pois esta foi a grande lição de Affonso Alves de Camargo. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e o privilégio de anunciar agora a palavra da Exma. sra. Dna. Flora Camargo Munhoz da Rocha, esposa do Professor Bento Munhoz da Rocha e filha do ilustre homenageado, para falar em nome da família do Dr. Affonso Alves de Camargo.

A SRA. FLORA CAMARGO MUNHOZ DA ROCHA — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maurício Fruct; Sr. Deputado Luiz Roberto Soares; Srs. Deputados; Autoridades; Senhores e Senhoras.

Havia sido determinado que Bento Munhoz da Rocha Neto falaria hoje nesta Sessão, em nome da família de Affonso Alves de Camargo.

Desejor tanto fazê-lo até o último momento, lamentavelmente, seu estado de saúde o impossibilitou.

De repente me vi na urgência de substituí-lo e, em cima da hora, improvisei algumas palavras que rapidamente escrevi (Lendo): "Nesta emergência, em que me proponho a fazer um agradecimento, a emoção pela solenidade da cerimônia, pela delicadeza da homenagem, a emoção é tão grande que supera o raciocínio e as palavras só podem brotar do coração.

Os dois oradores, representando os dois partidos políticos, discorreram, com tanto brilho, sobre a vida de Affonso Alves de Camargo, em todos os detalhes, que não sobrou nada para abordar. Só me resta dizer que, como sua filha, o meu orgulho não é o de ter tido um pai, grande advogado, que facilmente perdia uma causa, ou o professor, cujas aulas eram ouvidas quase com veneração. O meu orgulho não é pelo Deputado Estadual, reeleito em cinco biênios e presidente daquele Congresso. E nem pelo Deputado Federal, 1.º Vice-Presidente da Câmara. Nem pelo Senador. Nem pelo orador, cuja eloquência, envolta em sentimentalismo, fascinava os ouvidos de todos os credos.

Nem mesmo pelo líder político prestigiado que se manteve em posição de destaque no âmbito regional e nacional.

Também, não me envaldeço do Presidente que assumiu o Governo do Estado em ocasião tão desfavorável de crise mundial: Com a Grande Guerra em seu climax e sérios problemas estaduais de limites com seus dois Estados vizinhos, solucionando-os com serenidade, bom senso e êxito.

Orgulho-me isso sim, de como — quando chegou sua hora de perder — sentindo sua gloriosa carreira política decepada pela Revolução de 1930, soube perder com dignidade, sem uma palavra de mágoa ou ressentimento.

Mas, meu orgulho sobretudo da marca profunda que deixou na lembrança dos que o conheceram. A marca da bondade — Uma bondade ilimitada a cativar permanentemente. Uma solidariedade humana incomum, a ponto de se sacrificar em favor, de quem se encontrasse em dificuldade.

Envaldeço-me, sim, desse homem bom e querido, que dividia o que era seu com seu próximo. Que não sabia negar. A palavra "não" estava excluída do seu vocabulário. Contornava a negativa com sutileza, com diplomacia, não chegando a pronunciar o drástico "não".

Affonso Alves de Camargo era "Ponte que comunica e estabelece aproximação. — Nunca foi "muralha que separa e distancia. Affonso Alves de Camargo era bom porque, simplesmente, só sabia ser bom.

Papai, de onde o Senhor estiver, estará presenciando a beleza desta solenidade em seu louvor — a imponência dessa homenagem que lhe está sendo prestada. E sei que também está escutando esta sua filha que tanto o ama.

Papai, esta é a última vez, que o seu 25 de setembro é festejado neste mundo. Seu centenário. Vê como o está sendo feito com tanto carinho?

Eu quase nasci no seu dia. Um dia, só, de intervalo. E quantas vezes festejavamos juntos, soprando nossas velinhas ao mesmo cantar de parabéns.

Mas recebi uma benção, um prêmio, uma graça muito preciosa — 2 de meus netos — Roberto e Ricardo Affonso, vieram ao mundo no dia do seu aniversário. Dia 25 — seu centenário — Roberto completa 15 anos e Ricardo 5.

Obrigada papai por reviver no lar dessa sua filha, que tanto o adora.

Sua benção, Papai!"

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Antes do encerramento, a Presidência deseja agradecer o honroso comparecimento das ilustres autoridades civis e militares e eclesiásticas, bem como as demais pessoas que com sua presença prestigiaram esta solenidade na Assembléia Legislativa.

Amanhã, dia 25, Guarapuava, Terra Natal de Affonso Alves de Camargo,

homenageará seu grande filho, no centenário de nascimento que ora se comemora.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, no seguinte teor: (Lê).
"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista à realização amanhã, dia 25 de setembro, em Guapuva, de solenidades promovidas pela Prefeitura Municipal em comemoração ao centenário de nascimento de Afonso Alves de Camargo, requer à Mesa a designação de uma comissão para representar a Casa nas referidas solenidades.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior"

Em votação o Requerimento. **Aprovado.**

A Requerimento do Deputado Sebastião Rodrigues Jr. a Assembléia Legislativa se fará representar na solenidade na pessoa do autor da proposição e do Sr Deputado Paulo Camargo.

Solicito da mesma Comissão anteriormente designada que acompanhe o Sr. Governador do Estado, quando Sua Excelência houver por bem ausentar-se do Palácio "19 de Dezembro".

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que está encerrada a sessão.

Levanta-se a Sessão.